

Práticas de Leitura nos Grupos Escolares: A Biblioteca Escolar

Luciene S. de Souza
Faculdade de Educação - USP

A biblioteca escolar muitas vezes é vista de forma imutável, como se não tivesse tido sua função e acesso inalterados durante a sua história. A descrição feita por Paulo da Terra Caldeira, por exemplo, parece-nos remeter à idéia de a biblioteca escolar sempre ter sido pensada para uso de alunos e professores:

“Fileiras de estantes cheias de livros, revistas em mostruários, mesas e cadeiras espalhadas e repletas de pessoas lendo e estudando, crianças debruçadas sobre volumes de enciclopédias, fazendo suas pesquisas. Essa é, e ainda continuará a ser por um bom tempo, a face visível de uma biblioteca” (CALDEIRA, 2005:47).

Embora verifiquemos aqui uma finalidade de biblioteca escolar cuja forma de organização é um espaço onde vários suportes de textos são reunidos com o propósito específico de atender à formação educativa de alunos e professores, essa imagem de biblioteca escolar sempre foi verdadeira?

Essa questão levou esse trabalho a tentar identificar a circulação de livros dentro dos Grupos Escolares de São Paulo no período de 1890 a 1920 por meio da biblioteca escolar; partindo da análise dos fatores socioculturais que interferiram na criação e desenvolvimento dessas bibliotecas; verificando debates, confrontos e apoios relacionados à instalação, manutenção e finalidades da biblioteca escolar, examinando a evolução e os retrocessos, as permanências e as descontinuidades na instituição das bibliotecas escolares para compreender sua função, seu uso social e suas práticas de leitura.

As Escolas Primárias e as Bibliotecas Escolares

A instrucção bem dirigida é, sem contestação, o mais forte e efficaz elemento do progresso, e de todos os factores da instrucção popular, o mais poderoso e indispensável é a instrucção primaria, largamente diffundida e convenientemente ministrada. (Prudente J. de Moraes Barros, 18/10/1890¹)

A exposição de Prudente de Moraes Barros, em 1890, nos ajuda a

¹ Exposição apresentada ao Dr. Jorge Tibiriçá pelo Dr. Prudente J. de Moraes Barros, 1º governador do Estado de São Paulo, ao passar-lhe a administração no dia 18/10/1890.

compreender o lugar ocupado pela instrução pública, no contexto da Primeira República.

Instaurada a nova ordem, a educação universal e gratuita é reconhecida pelas elites como o principal instrumento de formação do patriotismo, da moralidade e pilar de sustentação da República. Para o sucesso desse ideal civilizatório, é necessário reformular a escola, para evidenciar o novo mundo que se consagra ao progresso e à modernidade (CARVALHO, 1989; QUEIROZ, 2004).

No interior desse projeto republicano de reformulação de métodos, processos, materiais e espaços da educação, uma das mais significativas reformas foi a implementação, em 1893, no Estado de São Paulo, de uma modalidade de Escola Primária que se denominará “Grupo Escolar”². Nessas escolas estabelece-se um ensino racional segundo o método intuitivo, seriado, com classes reunidas em um único prédio sob uma única direção, alunos separados por sexo e de acordo com seu grau de aprendizagem. No período de aproximadamente duas décadas, o Estado implementará 195 Grupos Escolares em São Paulo. (COSTA, 1983; SOUZA, 1996; CARVALHO, 2000; MARCÍLIO, 2005; VIDAL, 2006).

O Estado assumirá a construção de edifícios apropriados para os Grupos Escolares, edificações imponentes com espaços coerentes com os processos e finalidades desses novos métodos pedagógicos: “gabinete para a diretoria, sala para arquivo, portaria, depósito, biblioteca, laboratórios, oficinas para trabalhos manuais, ginásio, anfiteatro e pátios para recreio” (SOUZA, 1996:128).

De acordo com Souza (1996) e Wolff (1992), a maior parte dos Grupos Escolares das primeiras décadas do período republicano não contará com todos esses recursos, possuindo apenas salas de aulas, pouca diferenciação interna e reduzidos espaços administrativos.

Entretanto, Corrêa, Mello e Neves (1991) colocam que programas arquitetônicos mais elaborados com biblioteca, anfiteatro e laboratórios cabiam às Escolas Normais, porém, alguns Grupos Escolares existentes no Interior e na Capital também possuíam esses espaços.

Em relação ao espaço das bibliotecas, o mesmo é apontado por Vidal (2004): “desde o fim do século XIX, salas de bibliotecas eram previstas nas plantas das escolas para uso e instrução do professor” (VIDAL, 2004:191). E mesmo Wolff (1992) ao se referir aos Grupos do Interior, expõe que “as escolas com maior número de classes ficavam com a possibilidade de organizarem turmas extras ou de instalar adequadamente bibliotecas” (WOLFF, 1992:202).

A discussão sobre a existência de bibliotecas nas escolas está presente desde o início dos debates para a reforma da instrução pública pós-Império, sendo defendida por professores, de acordo com o Plano Oferecido ao Governo para a Reorganização do Ensino Popular de 1889 publicado no jornal “A Província de São Paulo” [O Estado de S. Paulo]: “as escolas de ensino primário funcionarão em um só prédio com vastas salas bem arejadas, pátios arborizados, museus escolares,

² Lei n. 169 de 7 de agosto de 1893.

bibliotecas populares, mobílias” (ESCOBAR:1889)³.

O Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo datado de 1894 também previa existência de bibliotecas nas escolas preliminares do Estado (Capítulo III: Material escolar. Artigo 22):

“Para uso e instrução do professor, haverá sob a sua guarda e responsabilidade, em cada escola preliminar uma bibliotheca escolar, contendo manuaes de modernos processos de ensino e vulgarisação das principaes applicações da sciencia à agricultura e à industria”⁴ (SÃO PAULO, 1894:10).

Quanto aos Grupos Escolares, esse mesmo regimento não só pressupõe a instalação de bibliotecas nessas instituições, como também estabelece a quem compete o cuidado da mesma, de acordo com o artigo 84 § 8º: “Ao diretor compete: (...) Velar pela boa guarda do edificio, bibliothecas, officinas, gabinetes, moveis e objectos escolares” (SÃO PAULO, 1894:39).

Numa análise das plantas arquitetônicas, datadas de 1902, presentes nas obras de Wolff (1992) e Corrêa, Mello e Neves (1991) verifica-se nos Grupos Escolares de São João da Boa Vista e de Rio Claro, a inclusão da biblioteca [imagem 1]. Em outros projetos constantes das obras desses autores, no decorrer dos anos entre 1893 e 1920, a maior parte das escolas apresenta um espaço destinado a objetos ou materiais escolares, normalmente ao lado da sala dos professores ou do diretor.

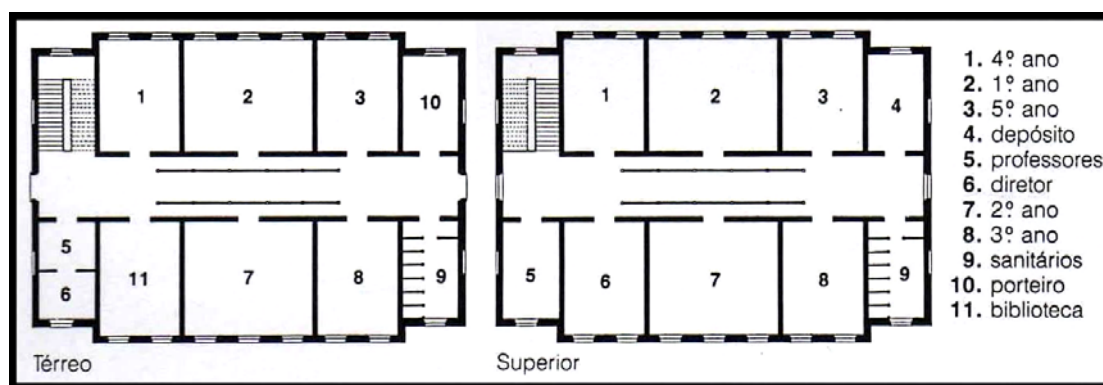


Imagem 1 - Planta dos G.E. de São João da Boa Vista e de Rio Claro.

Fonte: Corrêa, Mello e Neves (1991)

Esses indícios por si só não nos permitem inferir se, na prática, foram instaladas bibliotecas nas escolas primárias. Entretanto, outros indícios podem nos ajudar a verificar se elas, de fato, existiram nesse período, como a Revista de

³ Assinado pelos professores Carlos Escobar, Artur Breves, Sebastião Ponte, Pompeu B. Tomassini e Gregório da Costa Muniz. 23/11/1889.

⁴ Capítulo III: Material escolar. Artigo 22.

Ensino (1902-1918), publicação da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de S. Paulo (ABPPSP), que em agosto 1902, especifica na descrição do Grupo Escolar Prudente de Moraes uma área destinada à biblioteca: “neste pavimento [superior] encontram-se também o salão de honra do estabelecimento, e dois gabinetes, um para a diretoria, e outro para a bibliotheca escolar” (ABPPSP,1902:544).

Essa mesma revista, em dezembro de 1902, descreve um espaço para o armazenamento de livros no Grupo Escolar do Carmo: “salas bem ventiladas, com janellas de dimensões bastantes para a renovação do ar, saletas com cabides e lavatorios para uso dos alumnos, sala para archivo de livros e guarda de materiaes escolares” (ABPPSP,1902:957).

O decreto nº 1216 de 27 de abril de 1904 que aprova o regimento interno dos Grupos Escolares e das Escolas-Modelo nos fala da organização e função das bibliotecas:

Artigo 15. Cada grupo escholar e eschola modelo terá uma biblioteca, que se organizará de acordo com o artigo 10⁵, destinada á consulta dos professores.

Artigo 16. Nessa bibliotheca haverá um catalogo e um livro de carga e descarga dos volumes retirados para consultas.

Artigo 17. Os volumes retirados deverão ser restituídos dentro de oito dias.

[...] Artigo 96. São deveres do porteiro: Ter sob sua guarda a bibliotheca, sendo responsavel pelo que constar do respectivo catalogo. (SÃO PAULO, 1905:55)

O decreto nº 1253 de 28 de novembro de 1904 nos mostra que, por algum motivo que ainda nos escapa, a forma de utilização da biblioteca escolar é alterada, não sendo esta mais uma biblioteca circulante:

Artigo 13. Cada grupo escholar terá uma biblioteca destinada á consulta dos professores.

Artigo 14. Nessa bibliotheca haverá um catalogo, não podendo nenhum livro ser retirado sinão para consulta dentro do proprio estabelecimento”. (SÃO PAULO, 1905:156)

Gomes (1983) aponta que no período compreendido entre 1890/1919 foram criadas 59 bibliotecas, sendo 31 bibliotecas escolares, dessas 21 pertenceriam a escolas estaduais: 3 instaladas na capital e 18 no interior. A autora define biblioteca escolar como aquela “anexa a estabelecimentos de ensino de qualquer categoria abaixo de ensino superior e destinada principalmente aos respectivos professores e alunos” (GOMES, 1983:46).

⁵ Artigo 10: “Os livros e mais objectos destinados ao ensino preliminar serão os aprovados e adoptados pelo Secretario do Interior e da Justiça, com exclusão de quaesquer outros”.

Previstas em plantas arquitetônicas, em decretos e regulamentos governamentais, nos debates sobre a escola em revistas e jornais, as bibliotecas passariam a se configurar em espaços institucionalizados destinados à leitura e conservação de livros com uso e função específicos.

Os documentos pesquisados apontam que durante o período de 1890 a 1920, a biblioteca escolar se configurará principalmente como apoio ao professor, somente durante as décadas 1920 e 1930 o seu uso será ressignificado, atendendo a objetivos específicos de um modelo pedagógico pensado para a escola pública pela chamada “Escola Nova”. No caso das bibliotecas das escolas primárias, a Escola Nova defenderá a reestruturação das mesmas para que seu acesso seja permitido também às crianças, deixando de ser um espaço de uso exclusivo do professor.

Os Estudos sobre Bibliotecas e Grupos e Escolares

Considerando que nossa pesquisa tem como objetivo estudar as bibliotecas escolares dos Grupos Escolares, entendendo esse objeto na sua especificidade, pois, embora seja uma biblioteca pública, seu acesso é pensado, principalmente, para professores e alunos, procuramos identificar trabalhos que considerassem a biblioteca escolar a partir dessa definição.

Em relação ao Brasil, constatou-se a quase inexistência de estudos sobre as bibliotecas escolares. Uma análise dessas bibliotecas é feita por Diana Gonçalves Vidal, mas, seus estudos referem-se essencialmente aos anos 1920 e 1930 (VIDAL, 1995, 2004).

Um trabalho levantado que trata de forma relevante as bibliotecas escolares dos anos de 1890 a 1920 é “Bibliotecas e Sociedade na Primeira República” elaborado por Sônia de Conti Gomes (1983). O objetivo da autora é relacionar a criação das bibliotecas aos aspectos políticos e socioculturais da época. Porém, no que diz respeito às bibliotecas escolares, sua pesquisa pauta-se mais em dados quantitativos do que qualitativos.

Sobre os Grupos Escolares no Estado de São Paulo, um estudo abrangente é a tese de doutorado de Rosa Fátima de Souza (1996) “Templos de Civilização”, o qual procurar analisar as origens e institucionalização desse modelo de escola no Estado de São Paulo.

Recentemente foi publicada a obra coordenada por Diana Gonçalves Vidal (2006) “Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)”, que apresenta pesquisas acerca desses Grupos em diferentes Estados.

Entretanto, nenhuma dessas obras aponta para investigações específicas sobre as bibliotecas existentes nos Grupos escolares, seja no Estado de São Paulo ou em outros Estados do Brasil.

Procedimentos Adotados – Materiais e Métodos

A pesquisa está sendo feita a partir de fontes documentais impressas e manuscritas do Arquivo do Estado de São Paulo compreendendo o período de 1890 a 1920. Essa documentação é composta por leis, decretos, relatórios, ofícios, anuários, atas, mapas, provas, requerimentos, atestados, projetos e regulamentações, avulsos ou agrupados em livros e códices. O material abarca temas como grupos escolares, bibliotecas, professores do Ensino Primário, livros didáticos, inspetores e diretores escolares.

Outro conjunto de documentos em processo de investigação é o de periódicos referentes à educação, as revistas “A Eschola Publica” (1893-1897) e “Revista de Ensino” (1902-1919), e os jornais existentes na época: “O Correio Paulistano” e “O Estado de São Paulo [A Província de São Paulo]”.

Essa documentação levantada permite o levantamento de dados referentes às bibliotecas escolares como número de escolares que possuem bibliotecas, quantidade de livros adquiridos, importância dos acervos. Também contribui para a análise das instituições escolares, a caracterização dos agentes envolvidos e as orientações impositivas ou disciplinares referentes ao processo escolar e suas práticas de leitura.

A fundamentação teórica que embasa a pesquisa empírica e a análise das fontes impressas e manuscritas parte da abordagem historiográfica identificada como História Cultural. No Brasil, os estudos em História e em História da Educação marcadamente influenciados pela História Cultural⁶ surgem nos anos 1990, referenciados principalmente por Roger Chartier e Robert Darnton, e no caso da educação, também por autores como Dominique Julia, Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard (FONSECA, 2003).

Para Chartier (1990), a História Cultural “tem como principal objetivo identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990:16-17).

Uma das vertentes da História Cultural é a História da Leitura, que se volta para os estudos da história do livro, dos leitores, das edições, das culturas escrita e oral, objetivando compreender os modos de ler, as representações, as práticas e os sentidos da leitura em diferentes contextos de recepção. Para uma História da Leitura é necessário determinar quem, o quê, como, onde, quando e o porquê se lê. (DARNTON, 1990; MARTINEZ, 2003)

Dentro dessa perspectiva, uma parcela importante da História da Leitura é a análise de bibliotecas, privadas ou públicas (FRAGO, 1989), pois como colocado por Darnton (1990): “como o historiador do livro poderia negligenciar a história das bibliotecas?” (DARTON, 1990: 111).

Acreditamos que a partir dessas fontes e desse referencial teórico a pesquisa permitirá o entendimento da instituição e manutenção de bibliotecas nos Grupos

⁶ A respeito da problemática entre História da Educação e História Cultural, ver Frago (1995) e Fonseca (2003).

Escolares no Estado de São Paulo, colaborando para o estudo das instituições escolares, para a análise do cotidiano escolar e suas práticas de leitura, além de contribuir para o debate sobre as bibliotecas atuais.

Referências Bibliográficas

ABPPSP. Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de S. Paulo. **Revista de Ensino**. nºs. 3 e 5. São Paulo: Typographia do Diario Official, ago/dez 1902.

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

_____ e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). **Cultura letrada no Brasil: Objetos e Práticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

CALDEIRA, Paulo da Terra. *O Espaço Físico da Biblioteca*. IN: CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A Biblioteca Escolar. Temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Pp. 47-49.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República e Outros Ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. *Reformas da Instrução Pública*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes, LOPES, Eliane Marta Teixeira e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Pp. 225-251.

_____ e VIDAL, Diana Gonçalves (orgs.). **Biblioteca e Formação Docente. Percursos de Leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão, MELLO, Mirela Geiger de, NEVES, Helia Maria Vendramini. **Arquitetura Escolar Paulista. 1890-1920**. São Paulo: FDE, 1991.

COSTA, Ana Maria Catelli Infantsi. **A Escola na República Velha. Expansão do Ensino Primário em São Paulo**. São Paulo: EDEC, 1983.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ESCOBAR, Carlos *et al.* *Plano Oferecido ao Governo para a Reorganização do Ensino Popular*. IN: **Jornal A Província de São Paulo**. Datado de 23/11/1889.

FONSECA, Thaís Lima de Nívia. *História da Educação e História Cultural*. IN: _____ e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Pp. 49-75.

FRAGO, Antonio Vinão. *A la Cultura por la Lectura. Las Bibliotecas Populares (1869-1885)*. In: GUEREÑA, Jean-Louis, TIANA, Alejandro (eds.). **Clases Populares, Cultura, Educación. Siglos XIX-XX. Coloquio Hispano-francés**. Madrid: Casa de Velázquez/UNED, 1989. Pp. 301-335.

_____. *Historia de la Educación y Historia Cultural: Posibilidades, Problemas, Cuestiones*. IN: **Revista Brasileira de Educação**. nº 0. São Paulo: ANPED, set-dez 1995. Pp: 63-82.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como Objeto Histórico*. IN: **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 1. São Paulo: SBHE, jan-jun 2001. Pp. 9-43.

MACEDO, Neusa Dias de. **Biblioteca Escolar Brasileira**. São Paulo: Senac, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial / Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINEZ, Jesús A. *Historia de la Cultura e Historia de la Lectura en la Historiografia*. IN: **Revista Ayer**. v. 52. Madrid: Marcial Pons, 2003. Pp. 283-294.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Política e Poder Público na Cidade de São Paulo: 1889-1954*. In: Porta, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo. A Cidade na Primeira Metade do Século XX**. Vol.3. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Pp. 15-51.

SÃO PAULO. **Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado de São Paulo**. Manuscrito. 1894.

_____. *Decreto 1216 de 27 de abril de 1904 e Decreto 1253 de 28 de novembro de 1904*. IN: **Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1904**. São Paulo: Diário Oficial, 1905.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Um Palácio de Livros nos Trópicos: Metáforas, Projetos e Concretizações*. IN: **Projeto História**. nº 26. São Paulo: EDUC, 2003. Pp.93-115.

_____. *Das Ficções no Arquivo: Ordem dos Livros e Práticas da Leitura na Biblioteca Pública e Nacional do Rio de Janeiro*. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2000. Pp. 273-312.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: Um Estudo sobre a**

Implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910). Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 1996.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O Exercício Disciplinado do Olhar: Livros, Leituras e Práticas de Formação Docente (Instituto de Educação, 1932-1937).** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. São Paulo: USP, 1995.

_____. *Bibliotecas Escolares: Experiências Escolanovistas nos anos de 1920-1930.* In: MENEZES, Maria Cristina de (org.). **Educação, Memória, História. Possibilidades, Leituras.** Campinas: Mercado de Letras, 2004. Pp. 187-211.

_____. (org.). **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Primeira Infância no Brasil (1893-1971).** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Espaço e Educação. Os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 1992.